▪ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/UFRJ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2022

REF.: Recurso Administrativo – INTERPOSIÇÃO.

PRESTA SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.446.523/0001-10, estabelecida à Rua M3, nº 15, Quadra 27 Lote 16, Sala 9, Parque das Laranjeiras, Goiânia/GO, neste ato representada por seu Diretor Sr. Adalberto Figueroa Mendonça, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado em Aparecida de Goiânia-GO, vem, respeitosamente, com fulcro no Art. 26 do Decreto Federal nº. 5.450/2005, Art. 4º, XVIII e 9º, da Lei nº. 10.520/2002, c/c o Art. 109, I, "a" da Lei nº. 8.666/1993 e do item 11 do Edital, inconformada com as decisões levadas a efeito nos autos da licitação em apreço, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir articulados:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Antes de passar a discorrer ponto a ponto sobre o objeto do vertente recurso, o que será argumentado na narração dos fatos e dos direitos da recorrente, sobreleva-se ressaltar que a norma processual administrativa aplicável ao caso em tela (Decreto Federal nº. 5.450/2005) dispõe, em seu Art. 26, que qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar suas razões recursais. "in verbis":

"Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses". (g.n.)

Verifica-se, portanto, que a legislação supra é similar ao Direito Processual, entendendo-se que a parte necessita, sob pena de decadência, manifestar seu interesse recursal, após a declaração do vencedor, quando será oportunizado o prazo para apresentação de suas razões por escrito. Dita disposição é repetida nos itens editalícios em comento.

Consoante o disposto no Art. 110, da Lei Federal nº. 8.666/1993, na contagem dos prazos estabelecidos, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento.

Nesse passo, a recorrente externou sua intenção de recurso no dia 15 de janeiro de 2022, que deve ser excluído para a contagem do trintídio legal. Resta, portanto, o dia 19 de janeiro de 2022, como terceiro dia útil para a apresentação do apelo. Portanto, inteira e claramente demonstrada a tempestividade do apelo.

II – DA SINOPSE DO PROCESSO LICITATÓRIO – ESCOPO DAS IRREGULARIDADES / ILEGALIDADES

Por meio do Edital do Pregão Eletrônico em referência foi instaurado procedimento licitatório, na conformidade com a titulação epigrafada e conforme especificações contidas no Edital em referência.

O presente Pregão tem por objeto a Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos para atender às necessidades das UNIDADES DO PRÉDIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO PRÉDIO DO CENTRO DE PESQUISA EM MEDICINA REGENERATIVA, situados na ILHA DO FUNDÃO, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, sob o regime de mão de obra com dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Como é sabido, em procedimentos licitatórios, por força do artigo 7º, §2ª, II da Lei n.º 8.666/93, é imperiosa a necessidade de comprovação da empresa perante ao órgão apresentando documentações de acordo com o edital e dentro da legalidade.

Ao verificarmos a documentação da empresa foi verificado que a mesma deixou de cumprir os requisitos do edital quanto a sua Qualificação Econômica Financeira, de acordo com o item 4.2.5 e o 9.10.1.1.

DA EQUIVOCADA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM PROCESSO DE FALÊNCIA.

A classificação da empresa CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI há de ser revista, eis que a referida empresa está em processo de recuperação judicial, como consta em sua certidão de falência. O que é vedado pelo item 4.25 do edital, no qual diz:

“4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1. deste Edital;”

Pode se ver que é explícito quanto a vedação da participação de empresa em recuperação judicial, o que é uma maneira da Administração se cautelar quanto a descumprimento de obrigações perante a Administração e também com seus colaboradores. Se caso averiguarem a CNDT da mesma poderá ver que é há débitos perante a Justiça do Trabalho, o que poderá ocasionar prejuízo para a administração.

O edital ainda há uma exceção para participação de empresas em recuperação judicial como explicitado no item 4.2.5, o item 9.10.1.1 diz o que a empresa deverá apresentar para proceder com sua participação. E mesmo assim a empresa sequer encaminhou esta documentação. Que assim dispõe:

“9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.”

O mesmo não apresentou a documentação referente a recuperação judicial, e além do mais está descumprindo o que a legislação. A razão social de empresa que se couber em recuperação deverá acrescer no final do seu contrato social, contratos e/ou qualquer outro ato que o mesmo fizer a expressão “Recuperação Judicial”. Como por exemplo a empresa LAPA SERVIÇOS, inscrita no CNPJ: 09.060.537/0001-11, que teve de mudar sua razão social para LAPA TERCEIRIZACOES E PLANEJAMENTO LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL. O artigo 69 da lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 dispõe:

“Art. 69. Em todos os atos, contratos e documentos firmados pelo devedor sujeito ao procedimento de recuperação judicial deverá ser acrescida, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial".

O Superior Tribunal de Justiça tem importante precedente sobre a questão, que enfatiza o caráter de norma-programa relativamente ao instituto da recuperação judicial, instituído pela Lei de Falências: Recurso Especial nº 1.173.735, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. em 22.04.2014.

Reconhecer que a Lei de Falências contempla norma-programa, quando cria o instituto da recuperação judicial com o objetivo de preservar a empresa e tornar possível a participação de licitante em recuperação na licitação e sua posterior contratação, não pode significar risco de comprometimento do interesse público envolvido no processo de contratação pública.

Tanto que o TCU já orientou ser possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93. (TCU, Acórdão nº 1201 /2020, 2ª Câmara, grifamos.)

O entendimento acerca deste tema foi recentemente ratificado, em maio de 2020 pelo TCU no acórdão 1201/2020 Plenário. Vejamos:

“Licitação. Qualificação econômico-financeira. Exigência. Habilitação de licitante. Recuperação judicial. Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).”

Visto que a mesma não cumpriu formalmente todos os requisitos perante a lei nº 11.101, a mesma deve ser desclassificada.

DO IMPRESCINDÍVEL RESPEITO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA COMPETITIVIDADE E DA ISONOMIA

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório está insculpido no artigo 41, da Lei 8.666/93, que determina:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (g.n).

Em ato contínuo, o saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Licitação e Contrato Administrativo”:

“Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços” (pág 88). (g.n).

A conduta do Senhor Pregoeiro, que declarou a empresa LG SERVIÇOS PROFISSIONAIS EIRELI vencedora, desatende aos princípios da licitação, não podendo prevalecer de forma alguma, haja vista que a sua decisão acabou frustrando, senão restringindo, a competitividade do certame, restando inobservada, também, a necessidade basilar de respeito aos ditames do instrumento convocatório, o que é expressamente vedado também pelo art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93, senão vejamos:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato". (g.n).

Deste modo, é de se chegar à lógica conclusão de que existem motivos para a exemplar desclassificação da empresa CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI, por erros insanáveis e por se tornar inexequível a sua proposta.

Destarte, o procedimento licitatório deve proporcionar aos licitantes um tratamento igualitário, sem comprometer o caráter competitivo da licitação. Assim, se há cotação obrigatória de itens pelas demais licitantes e não pela licitante vencedora, é fato que haja uma contrariedade quantos aos princípios regentes da licitação.

Logo, a observância dos princípios administrativos nas licitações é fator essencial para a legalidade e a regularidade das contratações públicas.

Resta, portanto, demonstrado irregular e ilegal o procedimento licitatório que declarou a empresa CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI vencedora.

DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade representa uma garantia aos administrados, pois qualquer Ato da Administração pública só terá validade se respaldado em lei, em acepções amplas.

Ademais, o princípio da Legalidade encontra-se expressamente disposto em nossa Constituição Federal nos seguintes artigos:

Art 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(grifo nosso).

Destarte, o Princípio da legalidade aparece simultaneamente como um limite e como uma garantia ao mesmo tempo, contudo, o administrador não pode fazer o que bem entender na busca do interesse público, ou seja, tem que agir segundo as determinações legais, assim nos define Hely Lopes Meirelles e Diogenes Gasparini . Vejamos:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".

"O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se a anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular.

Portanto, sob pena de invalidade deve o procedimento administrativo estar em acordo com a norma que o rege, onde deles não se pode afastar ou desviar. Outrora, não podendo a Administração dispor contrariamente.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer a Vossa Senhoria:

A) Seja reconsiderada, in totum, a decisão que julgou como vencedora do certame em apreço a empresa CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI, visto que a mesma está em recuperação judicial e não cumpriu as regras da lei lei nº 11.101 ainda, sua DESCLASSIFICAÇÃO do presente Pregão Eletrônico pelas razões recursais acima invocadas;

B) Acaso seja mantida a decisão recorrida – o que se admite apenas por cautela – que seja remetido o processo, instruído com a presente insurgência à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o Art. 8º, inciso IV, do Decreto nº. 5.450/2005, c/c o Art. 109, §4º, do Estatuto das Licitações, aplicado subsidiariamente ao presente caso, havendo de ser acolhido e provido, em todos os seus termos o presente RECURSO, reformando-se as decisões "a quo", como requerido;

C) De qualquer sorte, que o presente RECURSO ADMINISTRATIVO seja recebido no seu efeito suspensivo, consoante diciona o parágrafo 2º, do já citado Art. 109, da legislação específica, que c/c os Arts. 8º, inciso V e 27, do Decreto nº. 5.450/2005, amparam o presente pedido;

D) Seja provido, em todos os seus termos, o presente recurso, e por isso atendidos os seus pedidos, para imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a ampla defesa e a legalidade, afastando-se, em consequência disso, o abjeto cerceio dessa mesma defesa, o que é nefasto para ambas as partes, na atual democracia em que vivemos.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia (GO), 19 de janeiro de 2021

Voltar